Os meandros da urbanização em Moçambique

Alexandre H. M. Baia*

Resumo

Com base na análise da literatura que de modo disperso descreve a produção de cidades em África, o artigo expõe como a cidade em Moçambique deve ser apreendida a partir da análise do processo de dependência inerente à dominação colonial portuguesa e ao sistema capitalista em geral na sua relação com os países africanos. Nesse movimento, a cidade aparece como produto da história o que permite identificar as continuidades e descontinuidades nesse espaço produzido. Nesse contexto a periodização sugerida (pré-colonial, colonial e pós-independência) constitui domínios caracterizados por fenômenos sociais, sensações e percepções de espaços e de tempos, de imagens e conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e de práticas sociais que especificam o urbano em Moçambique – aquele que nasce da explosão da cidade colonial e engloba ilhotas de urbanidade e ruralidade.

Palavras-chave: Urbanização, Moçambique, cidade, segregação, urbano

Abstract

From the literature review that sparsely describes the production of cities in Africa, the article outlines how the town in Mozambique have to be withdrawn from the process analysis of dependency inherent to Portuguese colonial domination and the capitalist system in general in its relationship with the African countries. In this movement the city appears as a product of history which allows grasping the continuities and discontinuities in space produced. In this context the periodization suggested (pre-colonial, colonial and post-independence) constitute areas where social phenomena, sensations and perceptions of spaces and times, images and concepts, language and rationality of social theories and practices that specify the urban in Mozambique – that which is born from the explosion of the colonial city and comprises the islets of urbanity and rurality.

Keywords: Urbanization, Mozambique, city, segregation, urban

I. Introdução

As primeiras formas de povoamento que se pode considerar como de cidades em Moçambique – pela concentração de população e pelas suas funções administrativas e ou comerciais diferentes da aldeia rural – eram

capitais de estados ou centros comerciais. Citam-se a capital do Estado do Zimbabue, a capital de Gaza e dos Estados do Mataca e dos Mutapas. Diversos centros comerciais permanentes foram constituídos através do contato comercial com os árabes: Chibuene (em Vilanculos ao sul de

*Docente/Pesquisador da Universidade Eduardo Mondlane - e-mail: alexandrebaia@yahoo.com.br

Moçambique), Sofala (no centro de Moçambique), Ilha de Moçambique e, provavelmente, Somana na baía de Nacala na província de Nampula e Querimba e a ilha de Vamizi ao sul da província de Cabo Delgado. Trata-se de cidades anteriores à chegada dos portugueses em Moçambique, nas quais os comerciantes locais estabeleciam seus empórios de ligação com lugares distantes e onde residiam com suas famílias. No início do século XX começam a surgir cidades nitidamente marcadas pela presença colonial portuguesa: construídas para os europeus, as novas cidades são portos de escoamento de produtos de exportação, são lugares de estabelecimento da administração colonial, o que as diferencia das cidades europeias resultantes da Revolução Industrial. Pois, para o caso de Moçambique pode referir-se que:

“Relativamente tarde, só depois da separação administrativa de Moçambique da Índia Portuguesa em 1752, foi introduzido o municipalismo português em sete povoações em 1762/64 (Inhambane, Sofala, Sena, Tete, Quelimane, Moçambique e Ibo). Em 1818, a capital na Ilha de Moçambique foi elevada à categoria de ‘cidade’. Tinha nessa altura cerca de 5.000 habitantes. A maioria [era africana], mas as elites eram imigrantes da Europa e Índia incluindo alguns dos seus descendentes locais” (Serra, 2000: 23 e p. 239).

As cidades resultantes da implantação colonial portuguesa em Moçambique foram caracterizadas pela coexistência de duas áreas: uma que albergava população de origem europeia e asiática, com um traçado geométrico que indicava preocupações com o planejamento urbano e; outra, não planejada e com infraestrutura precária, onde os africanos viviam como mão de obra necessária para os trabalhos de construção civil, para os carregamentos no porto, para os trabalhos domésticos (Idem, p. 440).

O estudo da urbanização nos países dependentes, como Moçambique, requer uma análise da constituição do processo de dependência – um processo inerente ao modo de produção capitalista. Pois, a dependência resulta, segundo Castells (1979), da expansão do modo de

produção capitalista em que distintas formações sociais cumprem funções diferentes e possuem características peculiares correspondentes a essas funções e a sua forma de articulação. Portanto, a dependência se desdobra a partir da inserção diferencial dos países numa estrutura que se expande superando fronteiras institucionais e (re)produz relações de dominação e dependência no que concerne ao desenvolvimento dos países. Desse modo, trata-se de uma expressão das relações de dependência dentro da estrutura das sociedades, no sistema produtivo e nas relações de classe dos países dependentes. De tal sorte que o processo de urbanização reflete a ligação da dinâmica social, já esboçada, no espaço; ou seja, trata-se da configuração espacial resultante da penetração do modo de produção capitalista, historicamente formado nos países ocidentais, nas restantes formações sociais com diferentes níveis de desenvolvimento técnico, social e cultural (Castells, 1979: 54-55) – tal como ocorre nas sociedades da África meridional.

Na África meridional, e especificamente em Moçambique, o sistema de dominação colonial português organizou-se sobre cidades criadas, na sua maioria, a partir de centros de serviços que mantinham uma estreita ligação com a metrópole colonial. Grande parte das atuais cidades moçambicanas, não só resultaram de antigos centros de negócios, mas também eram, fundamentalmente, centros portuários. A função principal dos antigos centros de negócios era a exportação de matérias-primas para a metrópole portuguesa. Nesse contexto Castells (1979) refere que se tratava de

“(...) *centros de negócios* diretamente ligados às metrópoles coloniais – daí a inexistência de uma rede urbana de interdependências funcionais no espaço nacional -, escalas nas rotas comerciais (e, portanto, quase sempre um porto) e centros comerciais para o consumo interior. São as *gateways cities*, forma urbana da economia de tráfico, princípio de integração subordinada de uma burocracia comerciante local com os negociantes imperialistas e soldados encarregados pela sua proteção”

(Castells, 1979, p. 57).

Mais tarde, cidades assumiram funções administrativas – como espaços urbanos que reproduziam as cidades da metrópole. Desse modo, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e o aumento do ritmo da industrialização vão influenciando a configuração social e espacial das sociedades dominadas. Trata-se, antes, do impacto do processo de industrialização através de uma relação de dependência específica. O ritmo e as formas do crescimento das cidades nos países dependentes, que é o caso de Moçambique, espelham a articulação das relações econômicas e políticas – relações de dominação colonial, capitalista-comercial, imperialista e financeira.

A urbanização, enquanto momento de ocidentalização em Moçambique tem seu início com a colonização portuguesa. A cidade de tipo europeu é constituída antes como centro administrativo. Uma centralidade que sustentava a conquista e o controle territorial em função das estratégias de dominação que visavam a garantir a acumulação de capital, por parte da metrópole, no quadro de uma economia mercantil, mas com uma componente racial fundamentada na exclusão da população africana: a urbanização se realizava num movimento de exclusão do negro. Nesse contexto, as regulamentações de Portugal criaram uma sociedade dividida com base na cor da pele: as cidades concebidas como lugares para brancos, de onde os negros, embora servindo de mão de obra, eram excluídos. Por isso, até os dias atuais, é possível encontrar diversos termos usados, nas diferentes línguas nacionais, para designar a cidade como lugar do homem branco ou como lugar administrativo. A cidade colonial estabeleceu-se como lugar segregado e excludente, estranho e símbolo de dominação para população negra. Daí em diante, a urbanidade, circunscrita às práticas formais do modo de vida da população branca na cidade, se disseminava para as periferias apenas de modo incipiente e envolvendo pequenas facções da população negra através de políticas de assimilação. O resultado dessas políticas é que até hoje construiu-se uma (in)consciência sobre a superioridade das práticas culturais europeias em relação às africanas: viver na cidade (atual

centro) ou morar numa casa construída com uma arquitetura europeia, mas sendo homem negro, significa tornar-se homem branco e, portanto, superior em relação aos que moram na periferia. A urbanização entre os moçambicanos surge como assimilação das formas européias: a arquitetura das casas, o sotaque português, o modo de se vestir, e até algumas práticas alimentares. Mas, há uma permanente oscilação das facções de população assimiladas entre as práticas européias e aquelas típicas da sociedade negra. A assimilação dessa urbanidade hoje está em função da posição dos indivíduos na hierarquia social e econômica. Pois, trata-se de uma sociedade assentada em estruturas de dominação/subordinação social e que produzem desigualdades de diversa ordem.

Depois da independência da dominação portuguesa, em 1975, a nova constituição de Moçambique instituiu a igualdade social fundamentada em princípios socialistas, contudo, a prática social mostra como é lento o reconhecimento dessa igualdade entre dirigentes (políticos e administrativos) e dirigidos (homens e mulheres comuns), pobres e ricos, homens e mulheres, negros e brancos. A hierarquia social é reproduzida através da mobilização de recursos de diverso tipo (políticos, econômicos, culturais etc.), utilizando-se das estruturas e relações características da sociedade pré-colonial, colonial e capitalista moderna. A cidade é o lugar onde essa reprodução ocorre de modo exacerbado. Nela o Estado socialista, através das instituições municipais, amplia a reprodução da hierarquia social incorporando antigas áreas rurais aos limites administrativos da cidade. Assim, produz-se um espaço urbano que estrategicamente garante não apenas a reprodução das relações sociais, mas e fundamentalmente, a acumulação de riqueza nos moldes da economia mercantil colonial num contexto dominado por uma economia especificamente capitalista, embora dependente pressupõe-se, aqui, que as atuais formas de acumulação capitalista dos países ricos utilizam-se das estruturas e relações sociais vigentes nos países dependentes. Assim que a incorporação de áreas rurais nos limites administrativos da cidade visa a garantir que a produção agrícola continue como base da reprodução dos trabalhadores, e de modo

vicioso auferir salários cada vez mais insuficientes para sua reprodução no meio urbano. Portanto, o Estado aparece aqui como elemento mediador da produção do espaço urbano criando condições para a acumulação do capital e para reprodução das relações sociais. Assim, a compreensão do urbano em Moçambique passa pelo reconhecimento das articulações entre o Estado, a cidade e o espaço.

A urbanização em Moçambique prossegue segundo uma lógica assimilacionista e integradora, juntando diversidades e procurando conciliar urbanidade e ruralidade como forma de resistir às dependências impostas pela mundialização dos processos sócioeconômicos; lógica que tem suas raízes na colonização em que os missionários tinham o papel de civilizar os negros e a qual os novos governos do período pós-independência nunca conseguiram inverter nem resistir. O resultado é uma multiplicidade de práticas vivenciadas pelos mesmos sujeitos: uma ambiguidade circunscrita naquilo que Martins (2008) refere como "lógica da alma dividida entre duas orientações opostas, a do colonizado e a do colonizador". Assim, o cotidiano traz para o urbano essa duplicidade contraditória de viver; tal como é representada pelo personagem David no romance de Paulina Chiziane¹. Além dessa duplicidade, a urbanização desenvolve uma cultura imitativa promovendo o visível – produzindo formas que se esgotam na própria ostentação uma vez que as condições materiais não asseguram a interação entre as formas imitadas e seus conteúdos originais. A dominação colonial não permitia a urbanização substancial da população nativa. As formas de assimilação atingiam apenas níveis básicos que asseguram uma comunicação básica com o colonizador, daí a constante adoção de formas urbanísticas europeias, mesmo que incipientes, e a persistência de conteúdos não europeus. Produz-se um urbano específico cujos referenciais se encontram nessa duplicidade e ambiguidade, nessa imitação de formas urbanísticas europeias e nessa persistência de conteúdos de modo de vida não europeu.

A lógica da urbanização – que se constitui como a adoção de um urbanismo europeu pelas instituições municipais - impõe aos moradores

da cidade a adoção de modelos arquitetônicos europeus na construção de suas moradias; as exigências envolvem a elaboração de projetos de construção com custos elevados - requisitos que não são acessíveis para muitas famílias que vivem na cidade e alteram as modalidades de ocupação do solo urbano. É uma lógica apoiada no policiamento para controlar e fazer cumprir normas urbanísticas que requerem alta renda numa sociedade com elevados índices de pobreza. Por isso, a urbanização impõe formas sem alterar significativamente os conteúdos na cidade: o modo de vida pré-existente. A disseminação das formas, separadas de seus conteúdos, faz com que a urbanização crie uma duplicidade entre o parecer e o ser. O resultado é uma paisagem urbana que ao revelar uma práxis de lugares desiguais expõe as diferenças produzidas no espaço urbano. Portanto, o urbano em Moçambique pode ser compreendido, num primeiro momento, a partir da análise da paisagem a qual revelará desigualdades produzidas pela estrutura social que está por detrás da produção do espaço urbano.

Nesse contexto, a perspectiva lefevriana derivada da teoria marxista, fornece noções que permitem explicar a estrutura urbana a partir de processos e relações que especificam a formação social. Assim, as divisões sociais e espaciais na cidade são explicadas como consequência inevitável e necessária da ordem social (política, econômica e cultural) vigente.

Segundo Lefebvre, o espaço não é apenas o local onde ocorrem os eventos – função de receptáculo – mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos - função da ordem social. Nesta perspectiva, Gottdiener (1993) refere que

"Para Lefebvre, as coerências da ordem espacial controlam as contradições inerentes ao capitalismo em benefício dos interesses predominantes na sociedade. Portanto, capitalismo como modo de produção sobreviveu, em parte, por seu uso do espaço como reforçador daquelas relações sociais necessárias a essa sobrevivência (...)" (Gottdiener, 1993, p. 127).

O espaço aparece, então, enquanto produto e (re)produtor das relações sociais de produção; essa compreensão, segundo Lefebvre (1976), requer a tomada da noção de produção num sentido mais amplo: aquele da produção das relações sociais e reprodução de determinadas relações. Deste modo, o espaço urbano, no contexto capitalista, seria um esquema em sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, a cotidianidade, às artes, aos espaços criados pelos arquitetos e urbanistas; um espaço que seria a relação e sustentáculo de inerências em dissociação, de inclusão na separação (Lefebvre, 1976, p. 34-37).

Na perspectiva do autor, a cidade não seria apenas a acumulação de riquezas monumentais, mas também centro de nascimento do conhecimento e lugar da reprodução de todas as relações sociais. A reflexão toma a cidade como produto, mas também como obra, da história e dos modos de produção. Assim, o desenvolvimento da cidade contém um processo cumulativo – de conhecimentos, técnicas, coisas, pessoas, riquezas, dinheiro e capital – caracterizado por simultaneidades, interações e desigualdades de desenvolvimento. Nesta perspectiva, segundo Lefebvre (1973), a cidade é vista como o lugar da acumulação, pois, o centro urbano passou a desempenhar um papel cada vez mais importante na formação, realização e distribuição da malvalia.

A vida urbana penetra na vida camponesa num movimento de transformações e resistências que acentuam a oposição urbanidade-ruralidade. Desse modo, a relação cidade-campo, vista como uma relação dialética, constitui uma oposição conflitual que só tende a superar-se quando o antigo campo e a antiga cidade se reabsorvem no tecido urbano realizado.

A compreensão dessas dinâmicas torna-se relevante ao se considerar que ao longo do século XX, a África, e Moçambique em particular, constituíram cenários de diversas transformações de ordem demográfica, econômica, política, social e cultural que influenciaram na urbanização – um processo caracterizado por uma componente demográfica fundamental sem uma transformação

importante das funções na cidade, de tal sorte que a população urbana, segundo Santos (1981), não conheceu “uma passagem do setor primário para o secundário e, em seguida, para o terciário” -; assim a urbanização e a produção do espaço urbano prosseguem nesse movimento de coexistência e confronto de diferentes lógicas (do Estado – através da lei e da organização do espaço expressas pelo planejamento territorial e pelo urbanismo; a da vida cotidiana – que se revela no vivido onde as práticas centram-se na reprodução do grupo domiciliar e; a do mercado – que se expressa pela monetarização da vida social como tendência dominante).

Ora, a cidade é, também, um espaço produzido ao longo da história e nesse contexto torna-se relevante a análise da história da urbanização em África, em Moçambique. Uma história que mostra a gênese da cidade vinculada às necessidades da economia mercantil; pois, o surgimento das cidades em Moçambique está ligado ao estabelecimento de postos de controle administrativo não apenas do território colonizado, mas e fundamentalmente, da produção e exportação de matéria-prima para os países colonizadores. Assim, a cidade produzida em função da acumulação de capital procurou representar um espaço concebido segundo modelos da cidade europeia – tipo de arquitetura e modo de vida – que na realidade projetaram no solo as divisões e separações operadas na sociedade e a prática urbana se tornou a base de sua reprodução.

A cidade enquanto objeto espacial ocupa um lugar e uma situação distintos do espaço rural. As relações que se estabelecem entre os dois espaços dependem do sistema de produção e, por conseguinte, da divisão do trabalho na sociedade. Assim, a cidade coloca-se como uma transição entre uma ordem próxima – relações de imediaticidade, relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e corporações etc.) relações com o campo circundante – e uma ordem distante, aquela da sociedade tomada no seu conjunto - ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (as relações globais, o Estado), por um código jurídico formalizado ou

não, por uma cultura e por conjuntos significantes. Como transição, a cidade é o lugar onde se manifestam as contradições da sociedade, dentre elas as contradições entre o poder político e os grupos diversos os quais encontram certa afinidade comum dentro do Estado. Nessa perspectiva, Lefebvre refere que

“a cidade é uma *mediação* entre as mediações. [Na] ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre o terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, *escreve-a*, texto num contexto (...)” (Lefebvre, 1991;46).

A dispersão da cidade, de acordo com Lefebvre (1976), só pode ser esclarecida mediante uma análise dialética e recorrendo ao método dialético; pois, a cidade, a sua negação através da industrialização, restitui-se a uma escala maior, aquela correspondente à sociedade inteira. Nesse processo, as relações de produção existentes vão estendendo-se, ampliando-se, conquistando uma base maior, atraindo simultaneamente a agricultura e a realidade urbana. Assim, dum lado, se constituem centros de decisão – onde se concentra a riqueza e o poder e, por outro, a dispersão suscita segregações multiformes: os elementos da sociedade ficam inexoravelmente separados no espaço; uma dissolução das relações sociais que se soma à concentração das relações vinculadas com as relações de propriedade (Lefebvre, 1991, p. 46).

Trata-se assim de uma reflexão crítica às apreensões sobre os espaços urbanos na África, particularmente em Moçambique onde a industrialização tem um papel pouco relevante na urbanização, que se referem à centralidade da cidade colonial que continua dominando o campo circundante, através da inclusão no seu interior e constituindo novos bairros urbanos ou expandindo, de forma desigual, funções e serviços convencionalmente considerados urbanos – uma abordagem que coloca a cidade como um organismo em si.

A segregação, a constituição de espaços periféricos e pobres, ao permitir a reprodução das relações de produção, relações de classe, constitui uma negação teórica e prática do urbano ao mesmo tempo em que o revela. Nesse contexto, a cidade é concebida como um espaço diferencial² cuja análise depende, de acordo com Lefebvre (2002), de níveis (nível global: do exercício do poder, do Estado - onde serão analisadas as estratégias espaciais levadas a cabo pelo poder político, ai incluindo as ações que influenciam a distribuição dos recursos, dos rendimentos, da mais-valia, e a sua projeção no domínio edificado e não edificado; nível misto: especificamente do urbano ou da cidade - domínio edificado e não edificado: das funções urbanas relacionadas ao território circundante e as funções internas, assim como estruturas urbanas (serviços) a serviço da vizinhança e a serviço da vida urbana e; nível privado: domínio edificado, o da oposição entre o habitar e habitat) e dimensões - aquelas que compreendem a projeção das relações sociais no espaço, o confronto das estratégias sócioespaciais e a prática urbana como realidade com vitalidade específica.

Portanto, a apreensão, assim concebida, permite captar não apenas as relações de produção e de classe, mas também explicar o fato de as cidades de Moçambique serem caracterizadas pela simultaneidade de dinâmicas inerentes a diferentes eras ou espaços-tempos³ – daí a (re)produção de um urbano⁴ que contempla a chamada ruralidade (a qual se realiza enquanto persistência de uma práxis anterior à colonização europeia) – pois, essa simultaneidade projeta-se no espaço urbano.

A realidade urbana (o urbano) em Moçambique é constituída pela simultaneidade de ritmos diferenciados, que evocam a justaposição de espaços e tempos diferenciados e interpenetrados, e por estruturas e relações sociais cuja historicidade explica as desigualdades, as diferenças e os desencontros que caracterizam a especificidade do urbano. A presença de elementos e práticas apoiadas em estruturas e relações sociais anteriores à colonização portuguesa revela como a persistência do modo de vida africano na cidade aparece enquanto irracionalidade da ocidentalização e não como sua recusa; pois, com

uma urbanização excludente, distintas são as estratégias adotadas pelos pobres, desempregados e semiempregados e funcionários públicos médios, para sobreviverem na cidade. Assim, a urbanização aparece, portanto, como um processo incipiente e inacabado no movimento de produção espaço.

Diacronicamente, a reflexão sugerida coloca a cidade colonial no início da urbanização, no contexto da expansão portuguesa em Moçambique. Nesse contexto a análise das diversas práxis características de diferentes domínios espaço-temporais (pré-colonial, colonial, pós-independência) permite compreender a cidade em Moçambique: suas condições, seus antecedentes, suas relações com o campo e as diferentes lógicas de reprodução social passadas e atuais, desaparecidas, transformadas e persistentes – um procedimento que permite captar continuidades e descontinuidades no espaço urbano. Trata-se de domínios caracterizados por, segundo Lefebvre (1970, p. 37), fenômenos sociais, sensações e percepções de espaços e de tempos, de imagens e de conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e de práticas sociais.

II. África pré-colonial

As características chamadas tradicionais ou vinculadas à vida rural, que persistem e se reproduzem em diferentes lugares que compõem as cidades africanas atuais têm seus conteúdos derivados do modo de vida das sociedades africanas pré-coloniais. As estruturas familiares africanas podem ser caracterizadas, segundo os modos de afiliação dos indivíduos, como patrilineares – quando a afiliação do indivíduo é feita em relação ao grupo consanguíneo do pai –; matrilineares – pertença ao grupo da mãe, e mesmo bilineares. Desde modo, cada indivíduo encontra-se incluso numa trama que o vincula aos outros por conexões genealógicas. Os modos de afiliação, por sua vez, engendram grupos coletivos designados linhagens⁵ (matrilineares ou patrilineares). A noção de tribo, que é igualmente usada e equivale à noção de clã⁶, introduz uma dimensão territorial na linhagem. Pois, a tribo ocupa de fato um espaço onde são repartidas

unidades residenciais elas próprias compostas de linhagens. Portanto, a maior parte das sociedades africanas tradicionais está organizada sobre uma base quase exclusivamente de parentesco (Dozon, 1986, p. 310).

Os modos de afiliação na linhagem testemunham que a diferença de sexos constitui o suporte privilegiado da organização de parentesco, e não só, pois, ela instaura igualmente uma divisão de tarefas e atividades entre homens e mulheres. É nessa base que as sociedades africanas concebem uma divisão sexual do trabalho em função dos estrangimentos do meio e da sua situação econômica: lá onde predomina a agricultura, os produtos e os atos culturais exigidos pela atividade são repartidos entre os sexos. Deriva daí que as práticas valorizadas socialmente são apropriadas pelos homens enquanto o trabalho doméstico ou as atividades e tarefas mais absorventes e mais constrangedoras constituem o trabalho feminino. É sobre esta base da divisão sexual do trabalho que as sociedades constituídas com base na linhagem organizavam as mais diversas atividades de produção e elaboravam outras repartições, outras relações, entre indivíduos ou grupos de indivíduos (Dozon, 1986, p. 314).

A prestação de serviços dentro dos grupos constituídos com base na linhagem nem sempre obedece às regras de parentesco. Assim se explicam as alianças matrimoniais duplas ou múltiplas que visam acumular dependentes que passam a servir de mão de obra e assim aumentar a produção do grupo. Tais alianças podem envolver práticas poligâmicas; a poliginia⁷ – apesar da maior parte das alianças matrimoniais africanas consagrarem a monogamia – é, em alguns casos, uma estratégia usada para garantir a multiplicação de descendentes e assim garantir elevados níveis produtivos o que contribuirá para a concorrência por alto *status* econômico e conseqüentemente por posições elevadas na hierarquia social (maior prestígio social). Por isso, segundo Dozon (1986), como grupos de parentesco as linhagens são também e podem ser, sobretudo, estruturas econômicas (...) onde se desenvolvem todas as facetas da atividade social num sentido amplo. Desse modo, a constituição das

estruturas familiares, as linhagens em particular, é manipulada em função da acumulação de riqueza ou de bens de prestígio, para a reprodução das relações sociais.

O território que atualmente constitui Moçambique era ocupado anteriormente por comunidades que se dedicavam à caça e à coleta. Há Cerca de três mil anos (c. 1800) ocorreu uma migração de comunidades da região central de África e que teve como resultado a constituição das primeiras sociedades sedentárias em Moçambique. Esse povoamento, que ficou conhecido como a expansão Bantu na África Oriental, resultou do domínio da agricultura e do processo de fabrico do ferro; por isso, as aldeias dessas sociedades sedentárias localizavam-se próximo das fontes permanentes de água. As comunidades cultivavam diversos cereais (mapira, mexoeira etc.) e criavam pequenas quantidades de gado bovino, ovino e caprino. As casas eram construídas de madeira e as paredes cobertas de argila. Surgiram, assim, as primeiras sociedades moçambicanas com uma economia familiar baseada na agricultura de cereais e acompanhada pela criação de gado. A olaria, a tecelagem e a metalurgia, embora bastante desenvolvidas, não constituíram grupos sociais especializados e independentes da agricultura. "Os excedentes agrícolas e as produções artesanais, ou o marfim, as peles e o minério eram trocados entre as diferentes unidades de produção, quer a nível local, quer em mercados distantes". A divisão técnica e social do trabalho estava baseada no sexo e na idade. Os agricultores eram constituídos por pessoas livres, na sua maioria mulheres, que produziam para a família alargada; daí que as mulheres detinham certa autoridade e controlo sobre os celeiros, contudo, elas estavam excluídas da posse de bens mais valiosos e duradouros, como o gado (Serra, 2000, p. 8-14).

As unidades de produção eram constituídas em torno de grupos de parentes consanguíneos – linhagens⁸ - e completavam-se com os parentes que entravam por casamento e que constituíam elementos indispensáveis para a produção, pela sua inserção nas atividades econômicas e pela reprodução biológica. A terra era patrimônio, e não propriedade, das linhagens e podia ser usada,

mas, não alienada de livre vontade. Cabia ao chefe da linhagem assegurar a distribuição, periódica, de lotes de terra para o cultivo pelas famílias componentes da linhagem (Idem, p. 16-17).

A linhagem, ou família alargada, tinha um chefe com poderes políticos, jurídicos e religiosos, para além de um conselho de anciãos. Era o conjunto desses chefes e anciões que constituía a classe dominante da sociedade, a aristocracia, abaixo da qual estava a camada dos homens livres e suas linhagens. Espacialmente, as linhagens – conhecidas como entidades autônomas na sociedade e agrupadas em clãs - cruzavam-se com uma organização espacial que começava com as casas e conjuntos de casas e tinha como unidades superiores as chefaturas (Serra, 2000, p. 16).

A fixação de populações oriundas das regiões do Golfo Pérsico, entre os séculos IX e XIII, marcou a entrada de Moçambique (em particular, das sociedades do norte do país) no comércio internacional. Os árabes e persas fixaram-se e constituíram entrepostos comerciais ao longo da costa de Moçambique, nos quais se trocavam tecidos indianos e louça diversa por ouro e outros materiais do interior do país. O comércio, os casamentos, a introdução do Islão e diversos tipos de contatos entre as comunidades locais e os árabes deram origem a diversos núcleos linguísticos – o naharra e koti (derivados da língua macua) nas regiões litorais da província de Nampula – assim como apareceram núcleos islamizados que se estruturaram em comunidades políticas: os xeicados e sultanatos (Idem, p. 24-27).

Da cidade pré-colonial

Problemas de terminologia sempre dificultaram a compreensão do fenômeno urbano na África nas diferentes épocas. Pois, as definições de cidade utilizadas na historiografia europeia – baseadas nos requisitos de permanência, densidade de ocupação do solo, concentração da população, presença de uma percentagem elevada de população não agrícola – não só são restritas como não se podem aplicar ao caso africano. Onde nem todos os aglomerados populacionais, mesmo os maiores, são cidades, mas constituíam sistemas

sociais fechados sem classes de produtores especializados (caso de algumas aldeias da bacia do rio Zaire no século XIX), ou ainda os assentamentos com um artesanato florescente e um mercado presente que não justificavam o surgimento de cidades porque faltava um poder centralizador. Contudo, o não reconhecimento do fenômeno urbano na África pré-colonial deve-se à falta do requisito da permanência. Muitos assentamentos africanos, capitais e estados poderosos foram definidos pelos europeus como temporários, itinerantes ou móveis e condicionados pela presença determinante do poder político e religioso. Essas características sugeriam outra possível definição de cidade: onde as funções de centro de produção especializado ou de mercado eram subordinadas às exigências do poder político e religioso; esse modelo de cidade perdurou na África até finais do século XIX. Ao contrário da história da Europa, a cidade na África não foi única expressão do desenvolvimento social, pois, uma ligação profunda entre o meio rural e o meio urbano teve influência marcante sobre as características das cidades africanas anteriores a colonização europeia. (Bruschi, 2001, p. 3)

A partir de 700 d.C. começa a influência política, religiosa, e, sobretudo comercial, islâmica. Surgiu, assim, uma rede de cidades comerciais na bacia do Níger que constituíam pontos terminais das caravanas provenientes do Sahara e da costa do Oceano Índico e do interior do território. Outras cidades e outros estados surgiram com a expansão da metalurgia e tornaram-se sede de diversas civilizações (ex.: os Yoruba). Tal é o caso da civilização urbana na bacia do Zambeze que permitiu a consolidação de pequenos assentamentos de criadores de gado, mineiros e comerciantes e culminou com o surgimento do Estado do Grande Zimbábue, na África austral. A influência árabe ou islâmica no desenho urbano africano evidenciou-se na diferenciação dos tipos de edifícios urbanos e dos rurais, assim como, na diferenciação dos tipos de edifícios para diferentes funções (palácio, mesquita), mas as soluções arquitetônicas eram de origem autóctone. (Bruschi, 2001, p. 5)

Portanto, durante o séc. XVI, os europeus encontraram uma civilização urbana relativamente desenvolvida na África Ocidental. Porém, as cidades eram constituídas por uma maioria de produtores agrícolas "e as construções, similarmente às habitações rurais, eram realizadas em materiais vegetais ou argila, bem como as muralhas (...) e os edifícios principais, incluindo o palácio". No séc. XVII, os conflitos entre os comerciantes árabes e os europeus empobreceram o comércio nas cidades e levaram a decadência do sistema comercial anterior. Em seu lugar promoveu-se o comércio de escravos a partir do campo. A população urbana aumentou com o refúgio de população do campo inseguro para as cidades. Então, as cidades foram transformadas em fortificações e perderam o cunho de conjuntos de assentamentos familiares que caracterizavam a sua mais antiga estrutura social. (Bruschi, 2001: 5 - 6)

As cidades africanas anteriores à colonização europeia eram caracterizadas principalmente pela sua precariedade: precariedade da habitação individual como de todo o espaço construído; pelo valor simbólico e hierárquico do espaço urbano e pela homogeneidade dos tipos de edifícios. A precariedade era derivada, em alguns casos, das limitações econômicas e tecnológicas – resultante da escassa acumulação de excedentes agrícolas, do rápido perecimento e fácil substituição dos edifícios "devido ao prevalente uso de argila e materiais vegetais na sua construção. A precariedade da capital tinha um valor simbólico uma vez que através da mudança da sede do poder representava-se a mudança das relações com o restante território. Num contexto em que a relação entre a cidade e o campo era de domínio e exploração:

"Era possível encontrar nas diferentes regiões da África, cidades permanentes, ou pelo menos não programaticamente precárias, capitais itinerantes conforme as estações ou aos ciclos dos anos, capitais abandonadas e reconstruídas num outro sítio quando da sucessão do rei. O caso extremo era constituído pela coincidência da capital com o campo militar que mudava

de lugar conforme as exigências do controlo do território e a disponibilidade de recursos para explorar” (Bruschi, 2001, p. 8)

A fundação das cidades nem sempre foi resultado do desenvolvimento das condições locais: colonizadores de origem africana difundiram a civilização urbana no continente através das migrações. Nesses casos a residência na cidade, que mudava de lugar quando da sucessão de cada rei, era reservada à etnia dominante e a cidade constituía um centro de controle tanto econômico como militar do território. Nos casos em que a dominação era exercida sobre classes sociais da mesma etnia, a própria precariedade da capital evitava uma contraposição demasiado rígida entre ela e o território dominado, diferentemente do que acontecia com a cidade estável que representava a sede imutável do poder. A coincidência entre as estruturas políticas e urbanísticas que identificava as cidades africanas com a sede do poder manteve-se evidente até finais do séc. XIX. O valor simbólico na organização do espaço urbano reconhecia-se na colocação recíproca das habitações familiares, que correspondia à posição do chefe da família na hierarquia do reino e mudava em consequência das lutas pela sua formação; ou pela funcionalidade das muralhas de terra – mais importante que a função econômica e militar – “que isolavam e evidenciavam o palácio, os lugares mais importantes e, a cidade inteira.” (Bruschi, 2001, p. 8)

O espaço das cidades africanas era organizado hierarquicamente em grupos rigidamente fechados de casta ou família. A organização dos bairros e dos quarteirões reproduzia o esquema hierárquico da família alargada e só no âmbito desse esquema podiam existir lugares onde se concentravam os diferentes tipos de artesãos ou mercantes (caso da cidade de Timbuctou Djéné). A organização hierárquica do espaço urbano com base na hierarquia das estruturas familiares entra em ruptura a partir do séc. XVI, com a integração dos habitantes, e tem o seu fim a partir do séc. XIX, com a imigração maciça para as cidades. Em relação à homogeneidade dos tipos de edifícios, as cidades africanas eram caracterizadas pelo uso do mesmo tipo de edifício para residência particular e para funções públicas – edifícios similares

aos construídos nos assentamentos rurais. A homogeneidade tinha como consequência a sofisticação da execução dos edifícios com funções públicas. A sofisticação, junto com a obsolescência programada, respondia ao requisito de “gastar na construção de edifícios excepcionais, mas, que não podiam ser distintos dos outros através das dimensões ou das características tipológicas, o produto excedente e a força de trabalho dos quais se apropriavam as classes dominantes.” (Bruschi, 2001, p. 9)

III. O período colonial

A penetração portuguesa em Moçambique foi fundamentalmente motivada pela procura do ouro, que permitia a compra de especiarias asiáticas com as quais a burguesia mercantil portuguesa penetrava no mercado europeu de produtos exóticos. Desse modo, os portugueses estabelecem-se em Moçambique antes como mercadores e depois como colonizadores:

“A fixação fez-se, inicialmente, no litoral, particularmente em Sofala 1505 e na Ilha de Moçambique em 1507. Com a fixação em Sofala esperavam os portugueses controlar as vias de escoamento de ouro do interior e, em menor escala, de marfim, as quais tinham Sofala o seu término. (...) A penetração mercantil fez-se acompanhar do influxo de tecidos adquiridos na Índia e de missanga comprada em Veneza, destinados [aos estratos dominantes dos estados locais]. [Os tecidos e as missangas] perdiam a sua qualidade de mercadorias ao entrarem [nos estados] e transformavam-se em bens de prestígio, suportes de lealdade política e de submissão. Por outras palavras, os canais por que passavam a circular não eram mais os mercantis, mas os de poder e parentesco” (Serra, 2000, p. 55).

Nos princípios do século XVI, todo o aparato administrativo e militar da coroa portuguesa em Moçambique destinava-se a apoiar as duas principais fontes de rendimento: direitos aduaneiros da ilha de Moçambique e de Quelimane

e o comércio. A maior parte da riqueza acumulada em Moçambique era enviada para Goa – território a partir do qual a Coroa portuguesa administrava Moçambique. No século XVII, começaram a chegar os primeiros mercadores indianos a Ilha de Moçambique. Em 1686, a nobreza portuguesa estabelecida em Goa atribuiu um monopólio comercial a uma associação composta por ricos armadores e mercadores indianos – Companhia dos Mazanes. O monopólio visava o abastecimento regular de Moçambique com tecidos e concedia extensos privilégios comerciais em termos de fretes, apoio logístico e ajuda oficial portuguesa. Desse modo penetrava o capital mercantil indiano⁹ em Moçambique sem o acordo tácito da Coroa portuguesa em Lisboa, fato que estaria “na origem da separação de Moçambique de Goa em 1752” quando o país passa para uma subordinação direta de Lisboa (Serra, 2000, p. 65 - 66).

A partir da segunda metade do século XVIII, o comércio de escravos, a partir de Moçambique, supera o comércio do ouro e do marfim. A atividade mercantil dos traficantes de escravos estava aliada ao desenvolvimento industrial europeu que cada vez mais requeria produtos (café, cacau e açúcar) do trabalho escravo nas plantações das Américas. “Durante todo o século XIX o panorama político e econômico do norte de Moçambique foi completamente dominado pela captura, transporte, comercialização e exportação de escravos. (...) algumas sociedades foram econômica e politicamente reestruturadas para a empresa da caça ao escravo.” A repercussão do tráfico de escravos para o país foi (e é) a retirada da principal força de trabalho da sociedade. Cerca de 1860, “os mercadores indianos passaram a comprar gergelim e amendoim para companhias [estrangeiras]” marcando, assim, o período das oleaginosas em Moçambique (Serra, 2000: 78-86).

O período pré-imperialista em Moçambique foi caracterizado por uma economia de tráfico – que consistia num sistema de trocas que deixava às comunidades camponesas a produção e a colheita dos recursos naturais (e humanos, como no caso dos escravos), normalmente controladas pelos chefes nativos, e que trazia, em troca, bens de prestígio, louças, armas e vestuário. As riquezas

subtraídas do país enriqueciam os comerciantes e armadores indianos, eram gastas em jogos e bailladeiras pela nobreza portuguesa estabelecida em Goa e na constituição de bens de raiz como palácios, coches e igrejas imponentes e ricamente decorados em Portugal. Assim, a expansão mercantil portuguesa em Moçambique aparece enquanto empresa de uma nobreza improdutiva e proprietária de terras que não investiu na sua própria indústria manufatureira e nem capitalizou sua colônia. (Serra, 2000, p. 132 - 136).

A transição de uma economia centrada no comércio entre as áreas costeiras com pequenas áreas do *hinterland* para a economia colonial efetiva foi marcada pelo aparecimento de companhias e sociedades por ações que conjugavam capitais oriundos dos principais países capitalistas. As companhias, se bem que investissem no setor produtivo – com o sistema das plantações de monoculturas –, não só exploravam as riquezas do país como detinham poderes político-administrativos e jurídicos sobre os habitantes das áreas sob sua jurisdição. Assim, Portugal aparecia como um país intermediário das potências imperialistas que investiam diretamente, em Moçambique, seus capitais (Inglaterra, França e Alemanha). Nesta fase as principais características da exploração capitalista foram: exportação de mão de obra (sobretudo no sul do país); produção de matérias-primas agrícolas em plantações com um processamento industrial elementar; imposição de impostos em trabalho, em dinheiro e em espécie; utilização de mão de obra sazonal¹⁰ e; preservação da pequena produção familiar.

A introdução de impostos em trabalho, dinheiro e em espécie, a utilização de mão-de-obra sazonal e a manutenção da pequena produção familiar são estratégias capitalistas reveladoras da resistência do campesinato local às políticas do capital para obtenção do sobrelucro em Moçambique: capital destinado à promoção do comércio e aquisição de matéria-prima. Resistência que ocorreu não apenas contra a usurpação colonial estrangeira mas, também em defesa dos padrões de produção e de reprodução social. Por isso, havia uma oposição entre a manutenção dos circuitos produtivos camponeses e as necessidades laborais

das companhias; assim que como resistência:

“(...) nenhum pequeno produtor, com a sua terra, a sua casa, os seus campos de caça e de pesca, “proprietário” e senhor do seu espaço (...), reproduzido pelo ideário das suas danças, dos seus mitos, das suas regras de aliança, casamento e residência, da sua história, dos seus esquemas de representação colectiva, dos seus tabus, dos seus ritos de iniciação, e do seu universo religioso cosmogónico, nenhum pequeno produtor (...) iria oferecer-se, generosa e voluntariamente, ao capital. Nenhuma lei de mercado, nenhuma lei de oferta e de procura traria às plantações esse pequeno produtor, esse senhor de si, porque esse senhor de si dispensava integralmente a concepção e o ritmo de “trabalho capitalista”, porque ele podia subsistir sem um salário.” (Serra, 2000, p. 146)

Por isso, foram elaboradas normas laborais que, por considerarem os nativos como indolentes e faltosos ao trabalho, impunham como obrigação moral e legal seis meses intercalados de trabalho nas companhias e entregar uma compensação periódica em dinheiro e/ou produtos de exportação. Desse modo realizava-se a especificidade da penetração capitalista em Moçambique, através da subsunção de rendas pré-capitalistas que permitia a segregação periódica da força de trabalho e a coleta de um rendimento fiscal constante. Assim, o capital procurava contornar o conflito entre a pretensão de transformar pequenos produtores em assalariados rurais e evitar que esses pequenos produtores se transformassem em assalariados rurais: pois, o trabalho sazonal criava uma charneira entre a prestação de trabalho nas plantações e o calendário produtivo e reprodutivo das aldeias. Portanto, a figura do camponês-operário resulta tanto de uma estratégia do capital em transferir para as comunidades camponesas os custos parciais da produção e da reprodução da força de trabalho presente e futura, quanto é fruto da violenta oposição movida pelo campesinato às requisições de trabalho forçado (Serra, 2000, p. 146 - 147). Essa contradição dialética preservação/destruição dos modos de

produção pré-capitalistas; o compromisso entre a essência do modo de produção capitalista clássico e a realidade pré-capitalista de Moçambique constitui a especificidade da penetração imperialista e perpassa e configura a vida econômica, política e social da sociedade moçambicana.

A penetração do capitalismo colonial em Moçambique – justificada ideologicamente pela negação do homem africano - teve seus impactos: o comércio promoveu a produção familiar para o mercado; criou uma rede de comércio europeu e asiático que garantia contatos permanentes com produtores e compradores africanos; não alterou substancialmente a produção para o consumo da família alargada, mas reduziu a unidade produtiva dentro da linhagem, assim como modificou a divisão sexual do trabalho, com a participação importante dos homens na agricultura. As comunidades aldeãs foram transformadas em provedoras de mão de obra o que, simultaneamente, com a expropriação de terras para as plantações, alterou significativamente as relações técnicas e sociais de produção. Assim, no norte de Moçambique, a economia das plantações transformou, por meio da força, o produtor de mercadorias em trabalhador rural assalariado; criou uma maior dependência das famílias em relação ao salário dos homens; a mulher foi integrada em atividades fora do setor familiar, e forçou emigrações para áreas fora da jurisdição colonial portuguesa. A construção de portos e caminhos de ferro, que garantiam o escoamento e exportação de matéria-prima, deu origem ao desenvolvimento urbano. A exigência de trabalho e o comércio destruíram as estruturas sociais existentes, a coesão do poder político das aristocracias dominantes, e com a nova divisão administrativa colonial efetivou-se, também, a divisão do campesinato. (Serra, 2000, p. 456 - 474).

Portanto, durante o período colonial a prioridade dos colonizadores na África meridional foi a introdução de culturas de exportação como forma de valorizar as colônias. Nessa nova conjuntura, a estratégia colonial teve o apoio das instituições familiares, principalmente, comunidades baseadas na linhagem e aldeias – quer fosse pelo uso da força ou por outros meios de pressão ou sedução dentro

de poucos anos populações inteiras passaram a dedicar-se à exploração de culturas de exportação – “as sociedades locais souberam apropriar-se da agricultura comercial” graças às estruturas de linhagem, aos sistemas familiares que ao se transformarem, geraram novas diferenciações sociais, souberam reproduzir-se, ajustar regras e procedimentos aos novos dados econômicos (Dozon, 1986, p. 322). A introdução da economia das plantações foi e é ilustrada pela produção de oleaginosas, de algodão e sisal e de cana sacarina para exportação, que caracterizaram (e continuam a caracterizar de certa forma) a agricultura em Moçambique. Mas, segundo Dozon (1986),

“Com a [eliminação] das atividades sócio-econômicas pré-colônias e com a expansão das culturas arbustivas, as matrilineagens e patrilineagens deixam de ser grupos em corpo; as formas de cooperação que outrora animavam os grupos de filiação dão lugar a um processo de individualização. Cada membro duma linhagem torna-se plantador separado e cultiva com a sua esposa, (...) seus filhos e eventualmente um colateral próximo suas próprias parcelas; por esse processo, a terra torna-se propriedade privada, ao contrário do sistema fundiário antigo onde [a terra] era apropriada coletivamente e era objeto de um direito de uso individual” (Dozon, 1986, p. 323).

Neste processo o sistema de linhagem tornou-se o cenário de numerosos conflitos, de estratégias e contra estratégias. A sua força passou a residir no fato de tolerar a emancipação progressiva de uns e as prerrogativas de outros dentro de um quadro simbolicamente coerente – aqui onde as sociedades de linhagem evoluíram num quadro de relações mercantis de apropriação privada em torno de famílias restritas - em que gerem o antigo e o novo sem ruptura radical. É assim que, depois dos primeiros choques da penetração colonial, essas sociedades converteram-se dentro de uma economia de plantações, aí adaptando as suas diversas regras. Por exemplo, a herança que nas sociedades matrilineares seguia uma lógica horizontal – a transmissão da herança seguia

uma linha colateral, ou seja, do mais idoso para o segundo, nas famílias restritas a lógica passa a ser vertical (isto é, de pais para filhos ou filhas) e bilateral: a plantaçoão passa a ser herdada pelos filhos enquanto os bens de prestígio são herdados pela linhagem dos pais.

A introdução da economia das plantações marca, portanto, a passagem de um sistema familiar, cujas estruturas constituem grupos coletivos – as linhagens (que são na essência comunidades produtivas baseadas no direito costumeiro da terra e cujos membros se encontram vinculados socialmente através de laços de parentesco) - para uma forma familiar mais restrita, em que os antigos laços sociais são transformados ou reinventados; o cultivador tradicional é transformado em camponês – com a sua integração na economia de mercado e sujeição ao Estado – e a estrutura familiar central é a família camponesa¹¹.

Na esfera estritamente produtiva, as transformações introduzidas pela economia das plantações alteraram profundamente o sistema econômico, ou aquilo que a análise de Chayanov designou de modo de produção camponês - para designar a produção não capitalista, em que a unidade elementar é o grupo domiciliar que vive do cultivo e da propriedade da terra. Segundo essa análise, na economia camponesa, a produção é principalmente destinada à autosubsistência do grupo domiciliar e a fração comercializada serve para fazer face aos impostos e “porque existe uma procura urbana e oferta de produtos manufaturados que competem com o artesanato rural”. Aqui, o grupo domiciliar – unidade elementar – é simultaneamente unidade de produção e unidade de consumo. Pois; “a vida camponesa não é apenas organizada em torno da produção (...) é tanto um modo de existência, de vida, como um modo de produzir”. A organização da produção – quantidades, métodos – é determinada pelas necessidades do grupo domiciliar e pela penosidade do trabalho e é influenciada pela dimensão do grupo domiciliar e da parcela explorada – fatores que variam com o ciclo de vida do grupo domiciliar. É assim que segundo Amin (1978), a produção camponesa – “pertence [ao

grupo domiciliar] da pequena produção mercantil simples: o produtor troca seus produtos com outros produtores mercantis analogamente na sua situação – nunca se encontra historicamente a sós ou dominante”. Pois, “o [grupo domiciliar] (...) não é um empresário capitalista, ele não procura maximizar o lucro do seu capital e acumular, mas em primeiro lugar viver na terra que é sua, em virtude de uma organização social camponesa” (Amin, 1978, p. 36 - 37).

A economia camponesa pode coexistir com a economia mercantilista comercial e manufatureira. A integração da produção camponesa na formação capitalista implica o esvaziamento do seu conteúdo e sua dominação pelo modo capitalista. A produção camponesa é submetida às leis da concorrência capitalista – o grupo domiciliar é obrigado a vender os seus produtos com uma base de preços similar (porque retirada a renda da terra) àquela usada pelos mais eficazes concorrentes capitalistas agrários, quer sejam nacionais ou estrangeiros introduzidos pelas importações de produtores concorrentes. A remuneração monetária para o grupo domiciliar fica assim reduzida e com a mesma base de cálculo do valor da força de trabalho proletária, ou seja, do salário do trabalhador.

“Por este meio, o capital dominante anula, portanto, a renda, quer dizer, desembaraça-se da propriedade fundiária. [O capital] proletariza o [grupo domiciliar]. Este conserva, contudo, a propriedade formal do solo, mas já não tem a sua propriedade real. Conserva também a aparência de um produtor mercantil que oferece produtos no mercado, mas é na realidade um vendedor de força de trabalho, sendo esta venda ocultada pela aparência da produção da produção mercantil. Assim, o [grupo domiciliar] é reduzido, de facto, ao estatuto do trabalhador ao domicílio” (Amin, 1978, p. 40).

Neste processo o grupo domiciliar é despojado da propriedade real do solo¹² ao mesmo tempo em que fica com a propriedade formal. Assim a renda fundiária é retirada dos preços dos produtos do grupo domiciliar camponês. Daí

a hipótese de que a intensificação da produção procura responder não apenas a uma procura urbana crescente, mas também, à deterioração dos termos de troca. Pois, segundo Amin (1978),

“A distorção dos preços relativos em detrimento dos preços agrícolas acompanhando a intensificação da industrialização da agricultura [como tendência atual em Moçambique], constitui o meio por excelência pelo qual a propriedade camponesa, formalmente mantida, é esvaziada do seu conteúdo, pois, que já não ocasiona a realização de uma renda e que reduz a remuneração camponesa à da sua força de trabalho” (Amin, 1978, p. 43).

Em geral, as estruturas de dependência moldadas pela penetração da economia mercantil e industrial na África meridional incluem a economia de tráfico¹³, a economia das companhias concessionárias e a economia das reservas; essas estruturas configuraram o desenvolvimento regional desigual e transformaram e deformaram as sociedades rurais sob dominação mercantil capitalista. Pois,

“A administração colonial [na África meridional] desempenhou, portanto, funções econômicas e sociais, que são desempenhadas de maneira diferente, noutros lados, pelas classes dominantes locais (...) assumiu igualmente, pela imposição do dinheiro, do trabalho ou das culturas forçadas, a instalação da economia de tráfico. (...) A intervenção constante da administração no processo produtivo condiciona e completa a do capital (...). Assim dominado, o produtor na economia de tráfico é despojado do controlo real dos seus meios de produção. (...) Um camponês reduzido a este estatuto é um semi-proletário porque conserva a aparência de um produtor mercantil livre”. (Amin, 1978, p. 43)

Da cidade colonial

Com a penetração colonial europeia, as cidades africanas desenvolveram-se ou

desapareceram segundo as funções impostas no quadro da divisão internacional do trabalho e a partir da relação países dominantes/países dominados. As cidades coloniais traduzem, portanto, os efeitos da penetração da estrutura social pré-existente pela estrutura social da sociedade colonial dominante. Daí que a urbanização decorrente tornou-se a expressão espacial da penetração do modo de produção capitalista, historicamente formado nos países ocidentais, nas formações sociais africanas existentes, situadas em níveis técnicos, econômicos e sociais diferentes. Nesse contexto, certas cidades pré-coloniais transformaram-se em ruínas, outras foram justapostas por novos quarteirões que constituíam áreas construídas segundo normas urbanísticas europeias; enquanto a maior parte das cidades africanas atuais tem sua origem ligada ao estabelecimento dos colonizadores europeus.

A urbanização colonial em Moçambique tem início com a instalação de feiras comerciais, ao longo do litoral, que mais tarde se transformaram em vilas e cidades. A urbanização interior estava relacionada com o estabelecimento de pequenos centros comerciais cujo desenvolvimento ficou limitado devido à fraca rede de transportes. A atual capital do país, a cidade de Maputo (antiga Lourenço Marques), desenvolveu-se em função do porto; terminal da ferrovia de Transvaal (África do Sul), a cidade da Beira (segunda maior cidade do país) está inserida no espaço concedido à Companhia Trans-Zambézia, que servia de terminal da Ferroviária Trans-Zambézia e estabelecia a ligação entre o Zimbábue e o Malawi com o mar. As restantes cidades desenvolveram-se a partir das necessidades das companhias concessionárias estrangeiras (Tete e Quelimane) ou como centros administrativos nas áreas onde havia necessidade de impor a soberania portuguesa (Nampula e Lichinga – ex. Vila Cabral) (Mendes, 1989, p. 283).

Depois da II Guerra Mundial, as companhias estrangeiras perdem a sua jurisdição política, mas mantêm suas atividades econômicas com a participação de capitais portugueses. Nesse contexto, surgem pequenos centros ligados à agricultura que constituem os pontos onde os colonos portugueses se estabeleceram

no âmbito da migração para as colônias. As atividades nesses centros estavam orientadas para o setor primário uma vez que, por decreto, as colônias deviam produzir matéria-prima para a indústria da metrópole. Apenas depois do conflito mundial, como resultado da pressão dos capitalistas portugueses sobre o Estado colonial e as necessidades crescentes dos colonos emigrados, foram construídas pequenas unidades industriais cuja produção estava reservada ao mercado interno. As indústrias localizavam-se de preferência nas grandes cidades, tal como nos outros países colonizados era nas cidades onde se concentrava a população com grande poder aquisitivo e constituía o principal mercado dos bens importados ou produzidos localmente (Mendes, 1989, p. 285).

O espaço urbano colonial era caracterizado pela oposição entre a área de construções permanentes, chamada de cidade de cimento, e a de construções precárias, chamada de cidade negra – que em Moçambique passou a chamar-se cidade de caniço (pelo material vegetal predominante na construção da habitação precária). A primeira área era ocupada pelos portugueses (brancos europeus) gozando de uma qualidade de vida elevada; aí desenvolviam-se atividades econômicas (comércio, serviços) que justificavam a vitalidade urbana e integravam o território nos circuitos do comércio internacional. Dentro da chamada cidade de cimento era possível distinguir, ainda, setores diferenciados segundo a composição sócioeconômica dos habitantes mais do que pelas características somáticas: quarteirões com melhores condições de salubridade e melhores vistas panorâmicas, habitados pela população que dispunha alta renda e por isso apresentavam melhores condições de habitabilidade. Em direção à periferia localizavam-se áreas habitadas por portugueses trabalhando no setor terciário médio e inferior, ao lado de chineses e por último os indianos que tinham contato direto com a cidade de caniço. A chamada cidade negra ou de caniço ocupava uma vasta área dentro do espaço urbano: de ocupação espontânea, formada de precariedades e por construções tradicionais que refletiam a origem rural e a pobreza dos seus habitantes negros. Ainda nessa área distinguiam-se os lugares

próximos da chamada cidade de cimento onde residiam os habitantes negros que faziam serviços domésticos para os portugueses, em habitações construídas com material relativamente durável (madeira e laminados de zinco); nos quarteirões mais periféricos, com densidades de ocupação do solo relativamente menores, predominava a habitação do tipo rural construída com materiais mais frágeis (caniço, laminado de zinco, etc.) onde viviam migrantes recentemente instalados (Mendes, 1989, p. 289).

VI. O período pós-independência

Depois da Independência, os novos Estados africanos, particularmente na África meridional, mantêm a sua base econômica apoiada nas mesmas estruturas moldadas pela dominação colonial. Assim, as elites no poder desempenham o papel de garantir uma economia de exportação, promovem a exportação de mão de obra nacional e uma vez que a economia assenta-se na agricultura, fundamentalmente familiar, a acumulação de capital em geral apóia-se na produção do grupo familiar camponês. Estes processos cumulativos implicam profundas alterações nos sistemas de parentesco muito embora algumas formas de sociabilidade sejam mantidas, coexistindo com formas de sociabilidade imanentes à economia monetarizada (Amin, 1978, p. 51 - 54).

Em Moçambique, o período pós-independência é marcado por uma transição de uma economia colonial sustentada pelas companhias de plantação de monoculturas para uma economia planificada pelo Estado socialista e depois um retorno ao liberalismo econômico: cada um desses tempos e espaços tem suas marcas profundas no nível político, econômico e social. Desde o massacre de Mueda em 1960, evento que marcou o início da luta liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) contra a colonização portuguesa, o país conheceu momentos de tensões e conflitos que resultaram em milhares de mortos e destruições de infraestruturas diversas – a luta de libertação nacional, tensões e conflitos com a Rodésia (atual Zimbábue) e um conflito que opunha o governo estabelecido pela FRELIMO e a

rebelião armada movida pela RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) sustentada pelo sistema racista da África do Sul e Rodésia (Marchand, 1995, p. 105).

A ruptura com a ordem econômica e social colonial realiza-se com o estabelecimento de uma economia planificada e centralizada no Estado sob a direção de um partido único, a FRELIMO; uma socialização da habitação (constituição de aldeias comunais) e da produção (criação de empresas estatais e promoção de um setor agrícola estatal – que repousava no capital fixo deixado pelos portugueses – e de um setor cooperativo que coexistia com o setor privado e familiar) e; estatização de conjuntos de atividades secundárias e terciárias (comércio atacadista e a retalho, transportes e comunicações, bancos, seguros, entre outros). O sistema político estabelecido pretendia que a FRELIMO, partido no poder, estruturasse e controlasse a sociedade a partir do Estado, enquadrando política e socialmente a população nos seus lugares de trabalho e de residência (até o nível do quarteirão nas cidades e nas aldeias mais recônditas) de modo a desencorajar atitudes e comportamentos contrários ao sistema vigente. Nesse contexto, são recrutados para suas fileiras todos os quadros do Estado central, governadores e quadros de governos provinciais, administradores de distrito, presidentes de municípios, dirigentes de movimentos sociais – organizações de jovens (OJM), mulheres (OMM) e trabalhadores (OTM) e grupos dinamizadores ao nível dos lugares de residência. O resultado foi a instauração de um Estado paternalista que procurava assegurar o emprego, acesso à educação, aos alimentos básicos e aos serviços básicos de saúde para todos, regular e coordenar a produção e organizar as trocas comerciais. (Marchand, 1995, p. 106)

O período socialista, 1975-1983, foi caracterizado, de um lado, por fortes alianças políticas e econômicas com o bloco dos países socialistas do Leste (ex: União Soviética, Alemanha Oriental, Cuba e Bulgária), mas, por outro lado, pelas hostilidades dos países ocidentais; no interior do país, a fraca capacidade na gestão dos grandes domínios econômicos estatizados e as dificuldades

no aprovisionamento de equipamentos culminou com a queda dos níveis de produção: a escassez de mercadorias nos circuitos oficiais generaliza-se dando origem à constituição de mercados não oficiais; reforça-se, assim, um ambiente de frustrações e tensões internas que estiveram por detrás do longo conflito interno que opôs o sistema socialista e os rebeldes da RENAMO, durante 16 anos. A propagação da guerra com os rebeldes pelo conjunto do território, a amplitude da destruição de infraestruturas económicas precipitam o insucesso do modelo de desenvolvimento socialista e aceleram a adoção de reformas económicas. (Marchand, 1995, p. 107 - 109)

A partir 1983, Moçambique adota um sistema político e constitucional pluralista e uma reconversão completa do socialismo para o liberalismo. Em 1987, o governo lança o Programa de Reabilitação Económica (PRE), um plano de medidas de ajustamento estrutural e de reformas económicas profundas inspiradas pelo Banco Mundial e pela comunidade financeira ocidental; mudanças que são acompanhadas por transformações – diferenciações e recomposições – sociais.

As principais reformas económicas do programa de reabilitação económica foram orientadas para o meio rural: programas de aprovisionamento do campesinato, abertura do comércio a retalho, formação de extensionistas rurais para prestar apoio técnico ao setor agrícola familiar, legalização do setor privado na agricultura e no comércio. Assim, estabelece-se uma abertura para novas alianças económicas e financeiras com o Ocidente que garantem a importação de bens manufacturados (de consumo). Paralelamente à retirada massiva do Estado dos diversos setores económicos anteriormente estatizados, adotam-se medidas de incentivo ao investimento estrangeiro. No setor imobiliário, o parque de moradias nacionalizado em todo país foi enquadrado num programa de venda para os ocupantes. As grandes empresas estatais são privatizadas ou estimuladas a constituir capitais mistos com o setor privado. (Marchand, 1995, p. 109 - 111)

Apesar da aplicação obediente das medidas impostas pelas instituições financeiras ocidentais, o quadro socioeconómico de Moçambique foi pouco transformado; daí que o país continua classificado como um dos mais pobres do mundo (possui um Produto Interno Bruto per capita abaixo de 100 dólares americanos e ocupa uma posição desfavorável (157 dentre 173 países) na escala do Índice de Desenvolvimento Humano. O papel do Estado na economia, através da Comissão Nacional do Plano, foi reduzido; a crise económica induzida pela guerra interna reduziu os recursos financeiros do Estado – as receitas fiscais asseguram apenas 44% do orçamento do Estado – que depende largamente de créditos e doações externas. O fraco investimento nacional e estrangeiro no setor produtivo, tanto na agricultura como na indústria, resultou na reposição do setor agrícola familiar como base fundamental da acumulação de capital. A distribuição da mão de obra permanece inalterada: 85% na agricultura, 7% na indústria e 6% no setor terciário (Marchand, 1995, p. 113).

As medidas de austeridade exigidas, ao Estado, pelas instituições financeiras internacionais têm como consequência a baixa qualidade dos serviços públicos; os setores sociais (saúde e educação) entraram em crise e não garantem mais seus serviços para todos. A inflação monetária, situada acima de 50%, provocou uma erosão generalizada do poder de compra culminando com uma deterioração profunda do nível de vida na cidade e no campo, mas, principalmente nas camadas sociais de baixa renda (operários da indústria, construção, empregados domésticos, do comércio, funcionários da administração, pessoal médico, entre outros). O empobrecimento no meio urbano é mais visível, pois, para milhares de cidadãos a procura de alimentação constitui prioridade fundamental. O desenvolvimento do pequeno comércio - venda de frutas, cigarros, diversos tipos de peças de roupa, doces nas calçadas das ruas; vendedores ambulantes, vendedores de diversas bebidas nas esquinas das ruas – ou de formas mais elaboradas de comércio como as inúmeras barracas pequenos stands cobertos e fechados sobre as calçadas ou reagrupadas em terrenos não ocupados no

meio urbano, aparece como resposta massiva dos cidadãos à sua situação precária: para uns, trata-se de compensar através de renda adicional à erosão do poder de compra de seu salário; para outros, constitui a única fonte de renda. (Marchand, 1995, 117 - 118).

Da formação da elite nacional

Nos finais do século XX Portugal era um país capitalista e imperialista com uma incipiente fusão entre o capital bancário e industrial; por isso, para além de algumas operações mercantis, possuía pouco capital financeiro para investir no setor produtivo em Moçambique, assim como nas restantes colônias portuguesas em África. Daí que a colonização portuguesa ocorreu através da criação de assentamentos por militares, missionários, pequenos funcionários públicos e trabalhadores do setor de serviços, mas, também por camponeses portugueses. A maior parte dos colonos portugueses era constituída por burocratas e pequenos comerciantes que se estabeleciam nas cidades. A fraca capacidade financeira exclui Portugal de uma grande parte da esfera colonial de criação de riqueza a favor das companhias concessionárias estrangeiras que operavam em Moçambique. O resultado foi que os pequenos colonos brancos procuravam a todo custo ocupar todas as restantes possibilidades de criação de riqueza, não permitindo condições sociais para a emergência de uma elite africana e negra. Os Estatutos de Indígenas criados em 1926-1929 e 1954 aplicados nas colônias continentais (Angola, Guiné Bissau e Moçambique) impediam os africanos de serem proprietários e comerciantes com lojas convencionais. A pequena elite desse período era constituída por assimilados que por consequência apenas poderia obter empregos subalternos nas profissões burocráticas (empregados de escritório e do comércio, enfermeiros auxiliares, motoristas auxiliares, interpretes, pastores de missões protestantes, cipaios etc.), mas raramente em funções diretamente produtivas. (Cahen, 1995, p. 86)

A partir de 1961 a situação se modifica como resultado da pressão da luta de libertação nacional: suprime-se a prática do cultivo forçado de produtos específicos, permite-se o surgimento de pequenos agricultores e comerciantes africanos e amplia-se a escolarização de africanos. As antigas elites de assimilados em Moçambique situavam-se nos centros urbanos da região norte¹⁴. As antigas elites foram marginalizadas com a transferência da capital do território da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques (atual Maputo) em 1903 e pelo fato de as cidades modernas da época localizarem-se nas regiões centro-sul (Beira) e extremo sul (Lourenço Marques): a nova elite formada na capital não tinha tradição nem ligação com a produção. (Cahen, 1995, p. 87)

Portanto, estruturalmente constitui-se uma elite africana fraca, pouco ligada ao setor da produção agrícola, artesanal ou comercial, socialmente burocrática e deslocada das realidades e sensibilidades étnicas – mas que se viu num contexto conjuntural de combater a colonização portuguesa através das armas organizada à volta da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O território independente é projetado à imagem da nova elite: com um Estado moderno, universalista, com um papel econômico e social central, sem etnias e com o português como língua do Estado e da nação; nesse processo os habitantes são coagidos pelo poder político a se identificar com o novo Estado-Nação e a rejeitar as formas de organização social anteriores a colonização portuguesa (Cahen, 1995, p. 87).

Durante o primeiro congresso pós-independência a FRELIMO transforma-se em partido político e adota oficialmente o marxismo-leninismo como ideologia política. Uma ideologia que serviu de instrumento para criação de um Estado forte, condição para a reprodução social da elite que o concebeu, meio para a constituição rápida de uma nação moderna do tipo europeu e negador da etnicidade; daí o discurso ideológico sobre a unidade nacional que constitui antes uma proclamação da nação - porque não é mais que um discurso da elite política- e não a nação como um projeto social. A ideologia adotada tinha um projeto

desenvolvimentista que buscava transformar a sociedade segundo o ideal nacionalista: daí as atitudes hostis em relação às estruturas africanas pré-coloniais, às crenças religiosas africanas, mas, também uma política tecnocrática de desenvolvimento econômico baseada na importação de equipamentos industriais para constituição do capital fixo – no interesse de companhias estrangeiras vendedoras de equipamentos – não rompendo, assim, com o modelo da economia colonial. O resultado dessa política econômica foi a implantação de um Estado-nação e o Estado como propriedade da elite burocrática que dirigia o partido; o “paradoxo dessa política está no fato de ser hostil à pequena elite de comerciantes locais e favorável ao grande capitalismo estrangeiro. O abandono da ideologia marxista nos anos 80 modifica a natureza social da elite no poder: antes socialmente burocrática ela se tornou socialmente empresarial, com a presença de simples comerciantes, especuladores e compradores. (Cahen, 1995, p. 90 - 92)

A redistribuição da riqueza engendrada no âmbito da transição para um sistema liberal provocou rupturas no tecido social. A profunda diferenciação social fez aparecer dois grandes grupos: os privilegiados e os desfavorecidos.

Os privilegiados pela diferenciação social resultam: a) do restabelecimento de uma camada de comerciantes indo-paquistaneses que detêm um papel importante no comércio rural e a retalho nas grandes cidades, onde fixam as taxas do mercado paralelo de câmbio. O peso econômico e financeiro dos comerciantes indianos na gestão de atividades comerciais tornou-lhes um grupo atualmente poderoso e incontornável que controla e se beneficia de influências políticas e econômicas; b) do estabelecimento de uma classe política dirigente sob qual se apoia o liberalismo: uma camada social constituída por quadros políticos e militares aparece privilegiada como retribuição pela sua fidelidade em relação ao Estado e ao partido no poder. A coesão e a probidade dos altos funcionários que acumulam importantes funções políticas e administrativas são garantidas através de importantes ofertas em espécie feitas pelo

poder político: residências luxuosas e veículos para os cargos ocupados por quadros nacionais e provinciais, viagens e estadas de estudo; terras e meios de produção que asseguram uma base econômica privada. (Marchand, 1995, p. 122-123).

Nesse contexto, apareceu o núcleo de uma elite moçambicana de negócios, em formação e por isso quantitativamente menor, constituída por duas componentes: (i) nacionalista – composta por homens de negócios moçambicanos, antigos funcionários, antigos diretores de empresas do Estado, antigos ministros e dirigentes políticos, militares na reserva e até dirigentes públicos em exercício, mas, que paralelamente levam uma carreira de homens de negócios - que graças ao seu conhecimento sobre a economia moçambicana tornam-se aliados preciosos para a implantação de grupos estrangeiros no país. A componente nacionalista da elite atua em projetos controlados por moçambicanos (comércio, indústria e agricultura, transporte). O seu capital tem origem diversa: fortunas familiares antigas, acumulação, atribuições dos dividendos dos ativos industriais desvalorizados. Os diretores de empresas públicas ocupam uma posição privilegiada que lhes dá acesso a um status e gozo de regalias inerentes (mansões, viaturas luxuosas e salários acima da média) e possuem um potencial para se constituírem empresários privados. (ii) A outra componente da elite moçambicana, comercial ou compradora, é numericamente maior que a primeira, inclui membros de sociedades comerciais privadas coloniais que constituem atualmente o capitalismo comprador. Ressurgida com a extinção do monopólio estatal do comércio exterior, a nova burguesia compradora beneficia-se de novas linhas de crédito de importação de equipamentos e bens de consumo, meios de transporte, entre outros. A liberalização das trocas e a abertura aos investimentos estrangeiros são utilizadas como estratégia para a constituição de sociedades mistas com grupos estrangeiros portugueses, sul-africanos e britânicos. (Marchand, 1995, p. 123)

Os desfavorecidos pela diferenciação social englobam agricultores (e ou camponeses), funcionários médios, empregados, operários

que pagam um preço elevado pela conversão da economia ao liberalismo. A liberalização da fixação do salário mínimo e dos alimentos básicos criou um ambiente para distorção dos indicadores econômicos. Assim que, para um ritmo de inflação real situado entre 50 e 60% a taxa de revalorização anual do salário mínimo para empresas públicas situa-se entre 20 e 40%. (Marchand, 1995, p. 123)

Privilegiados e desfavorecidos, dirigentes e dirigidos, conformam camadas sociais com interesses em conflito, por vezes justapostos ou superpostos, mas, interdependentes e que se esforçam sempre em criar alianças com o poder político. Esta estrutura social projeta-se em todo território moçambicano e reproduz-se de modo específico nas cidades moçambicanas.

Do espaço urbano

A proclamação da independência nacional em 25 de junho de 1975 marca o início do período pós-colonial em Moçambique. Esse período é iniciado com cidades pouco industrializadas e que produziam bens de consumo destinados essencialmente para a população europeia. A maior parte da população estava subempregada ou incorporada no setor terciário que, ao invés de satisfazer as necessidades das camadas sociais populares, respondia às necessidades produzidas para os gostos e hábitos das classes privilegiadas. A segregação das classes, polarização das rendas e o consumo reservado a um número restrito de indivíduos caracterizavam os espaços urbanos (Mendes, 1989, p. 289).

Depois da independência, a cidade tornou-se o principal cenário de eventos decisivos que iriam definir um novo quadro de vida, entre elas: a organização do poder popular e da economia, a nacionalização da terra, dos setores de educação e de saúde, a criação das primeiras unidades estatais de produção industrial e de comércio.

A organização do espaço urbano não se alterou e, na área central da cidade manteve-se

a hierarquia de centros de comércio e de serviços tal como se constituía no sistema colonial. A propriedade das unidades comerciais alterou-se, uma vez que depois do abandono dos europeus e indianos (antigos proprietários), a continuidade da atividade ficou a cargo dos (antigos) empregados. Contudo, a redução radical das importações e a crise dos circuitos de comercialização levaram ao encerramento da maior parte das unidades comerciais por falta de mercadorias. Do mesmo modo, as empresas industriais que eram mantidas em atividade pela intervenção do Estado socialista, nos primeiros momentos depois da independência, ressentiram-se do abandono de seus proprietários: a falta de matéria-prima e o desvio de fundos e de equipamentos originam uma degradação progressiva das unidades de produção (Mendes, 1989, p. 290).

A nacionalização de toda a propriedade imobiliária, como medida contra o mercado capitalista fundiário e imobiliário, foi a intervenção mais determinante sobre o espaço urbano, tomada pelo novo governo constituído pelo partido FRELIMO; na sequência, foi constituída uma instituição para administração da propriedade imobiliária do Estado (APIE). A instituição tinha por missão distribuir a habitação em função das necessidades das famílias e dos níveis salariais; fixar os preços de aluguel e controlar o número de habitações consideradas devolvidas ou abandonadas. Entretanto, depois da proclamação da independência, a população negra que vivia nos subúrbios de construção precária migrou para o centro das cidades, ocupando as habitações, abandonadas pelos portugueses (europeus), chineses e indianos. Essa ocupação não durou muito tempo porque a maior parte dos novos ocupantes não possuía condições nem capacidades financeiras para manutenção das habitações o que provocou uma rápida degradação dos imóveis. Consequentemente o governo obrigou os novos ocupantes a abandonar as habitações e através da APIE iniciou um processo de seleção de novos locatários. A despeito da distribuição equilibrada da população e do caráter socialista da revolução, as cidades moçambicanas ainda constituem cenários da manutenção de grupos privilegiados e da discriminação das frações de

baixa renda. Tal como no modelo colonial, o Estado definiu determinadas áreas para residência de altos dirigentes do Estado e do governo (bairros onde residia a burguesia colonial) incluindo a população com alta renda; áreas para residência de membros do corpo diplomático, de especialistas estrangeiros. Mesmo sem uma orientação efetiva do governo, começaram a se distinguir áreas onde moravam empregados bancários e outros funcionários médios de serviços; áreas para empregados inferiores do setor terciário. Além disso, a constituição da APIE visa também pôr em ação um esquema de autoconstrução que permitiria resolver o problema da habitação nas cidades (Mendes, 1989:, p, 290 - 291).

Os efeitos dos programas econômicos e sociais, adotados mais tarde pelo governo, deterioraram as condições de vida da população em geral e aumentaram os fluxos migratórios do campo para a cidade. A ausência de infraestruturas e de emprego levou a um declínio generalizado da qualidade de vida nas cidades.

O Programa de Reajustamento Estrutural nas cidades moçambicanas refletiu-se no setor imobiliário. Os apartamentos nos centros das cidades (antigas residências de colonos portugueses) passam a ser ocupados por funcionários superiores públicos e privados, assistentes técnicos e funcionários estrangeiros; paralelamente ao sistema de locação estabelecido pelo Estado, funciona um mercado de locações que consiste na concessão de chaves em que o locatário titular passa seu apartamento alugado a custos módicos, estabelecidos pelo Estado, em troca de somas especulativas de dinheiro. A partir de 1993, a Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE) inicia a venda dos apartamentos aos seus ocupantes titulares. Assim, o Estado remete às camadas sociais economicamente mais favorecidas a utilização e manutenção de um parque imobiliário que nem a APIE nem os locatários com renda baixa poderiam assegurar. A partir daí, a renovação do parque imobiliário, antes limitada às moradias residenciais privadas, começa a se expandir. Nos bairros periféricos, onde habita a maior parte da população urbana de renda baixa, florescem

novas construções. As moradias construídas com material precário (vegetal e argila) são substituídas por construções permanentes (cimento, zinco) segundo as possibilidades dos seus proprietários. A falta de infraestruturas e serviços básicos (fontes de água, escolas, eletricidade) cria situações sociais e sanitárias difíceis nos bairros periféricos das cidades. Igualmente, surgiu uma especulação fundiária que controla os terrenos melhor localizados nas periferias das cidades, abrangendo, por vezes, terrenos agrícolas de onde os ocupantes são expulsos para áreas mais afastadas das cidades. (Marchand, 1995, p. 116 - 117)

Diversas são as estratégias adotadas pelos cidadãos, incluindo o uso de pequenos campos das relações sociais, para tornar a vida urbana possível. Desta forma a cidade aparece enquanto lugar de inúmeras transformações sociais, econômicas e culturais. No período pós-independência as cidades africanas constituíram o cenário de uma diferenciação acelerada de práticas e organização sociais de modo a compensar a longa ausência de investimento, desenvolvimento de infraestruturas, emprego. Nesse contexto, urge refletir sobre os processos a partir dos quais os cidadãos constroem várias estratégias que garantem sua sobrevivência e criam uma identidade social própria necessária para a vida urbana e que mantém as suas origens culturais que, tradicionalmente, avaliam o sentido da estabilidade pessoal e o equilíbrio mútuo e social. Alguns estudos sobre a vida urbana na África mostram como os cidadãos mantêm modos pré-coloniais de sociabilidade para reduzir os impactos negativos das crises da economia urbana: num contexto de elevadas taxas de urbanização (7%), 64% da renda dos grupos domiciliares é gasta na alimentação; as infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento não se expandem há mais de 20 anos – o que coloca a maior parte da população urbana sem os serviços básicos urbanos (Simone, 2005, p. 2).

As cidades africanas são lugares onde os africanos expressam os conflitos derivados das suas convicções e suas políticas e práticas econômicas e das representações que fazem sobre o mundo; lugares onde as condições de vida são

rigidamente estruturadas pelas instáveis exigências do capitalismo e dos países dominantes. Contudo, persiste uma suposição comum segundo a qual a África é um continente rural. Perante o aumento do tamanho da população nas cidades afirma-se que muitos africanos são residentes urbanos, mas, não são verdadeiramente urbanizados. Qual seria então o significado da chamada ausência de urbanização? Que persiste ainda a vida rural em grande escala? Que as cidades africanas são exemplo de uma modernização truncada? Nota-se aí, a ausência de uma perspectiva histórica que resulta numa invisibilidade estrutural sobre as múltiplas práticas que estão por detrás da produção da realidade urbana na África num movimento em que os diferentes sujeitos encontram-se polarizados em linhas de estratificação social que no passado eram semiabertas e interconectadas. Tal é o conteúdo da urbanização crítica, que se revela economicamente, também, nas dificuldades no acesso ao emprego e na consequente sobrecarga dos antigos sistemas de reprodução do grupo domiciliar: 75% das necessidades básicas nas cidades africanas são satisfeitas usando mecanismos e redes de relações não oficiais e não necessariamente monetarizados – um processo que perpassa discretamente todos os setores e domínios da vida urbana (Simone, 2005, p, 3). Perante o desemprego urbano persistente, correntes de importações de produtos de baixo custo originados pela liberalização do comércio fragilizam as estruturas de produção local. Ao mesmo tempo, vários componentes da racionalização econômica abrem possibilidades para a apropriação dos bens que eram públicos – a terra, empresas, serviços – por interesses privados bem posicionados no aparato de gestão do ajustamento estrutural, a elite nacional emergente em particular. Tais são as irracionalidades da urbanização que a reflexão ora proposta coloca em questão: as chamadas informalidades não podem ser vistas como uma compensação pela urbanização desigual e incipiente, em termos de condicionar uma integração espacial, econômica e social no interior da cidade; nem como instrumentos para a sustentação de uma urbanização consolidada; pelo contrário, essas práticas não oficiais agem como uma plataforma para a produção de um espaço urbano diferente daquele geralmente concebido

pelos urbanistas.

V. Da especificidade do Urbano

O urbano, entendido doravante enquanto processo derivado da expansão da cidade colonial, não é apenas a junção de objetos e signos de urbanidade que permeiam a vida na cidade; é também a realidade espacial, social e cultural consequente das transformações induzidas pela urbanização ocidental e da persistência do modo de vida africano anterior à colonização europeia: realidade incompleta e por isso transitória. Portanto, não se trata do resultado de uma racionalidade que visava à expansão e à assimilação de valores e modelos urbanísticos ocidentais homogeneizantes sugerida pelo discurso da dominação colonial europeia; mas, sim, de um processo excludente caracterizado por desigualdades nos ritmos da vida econômica e social na cidade: ritmos acelerados na mobilização de grande capital social, da distribuição desigual da renda e ritmos lentos dos que possuem poucos recursos para a reprodução humana e clamam pelo direito à urbanização num contexto em que a cidade inclui todos – pois todos fazem parte de uma coletividade estatística designada população urbana –, mas poucos são os que desfrutam da urbanidade. Trata-se então de um fenômeno novo que não pode ser explicado pelo organicismo (que considera a cidade como um todo orgânico em si mesmo), nem pelo continuísmo (que apela para a continuidade histórica ou permanência da cidade colonial – nos chamados espaços duais que caracterizariam as cidades africanas!) e nem pelo evolucionismo (que destaca os períodos, as transformações das relações sociais). O urbano aqui designa essa nova realidade que nasce da expansão da cidade em Moçambique e que é constituída por um processo que domina e absorve o campo circundante. As manifestações dessa dominação e absorção do campo pela cidade são dadas pelo alargamento dos limites administrativos da cidade (ação do Estado) que passam a incorporar antigas áreas rurais, assim como pelas novas residências, infraestruturas de comércio e lazer construídas no campo. Aparece, então, a ideia da agrovila ou de um espaço onde, segundo Lefebvre (1970:17), persistem ilhotas de pobreza camponesa ao lado de ilhotas de pobreza

urbana: contexto que sustenta a crítica teórica e prática da urbanização vigente.

As reflexões expostas permitem argumentar como e por que se produz um espaço urbano diferencial – produto da interação entre a urbanização e a persistência do modo de vida africano – que se reflete numa paisagem que expressa hierarquias produzidas a partir das relações de associação e ou exclusão entre os diferentes grupos sociais no interior da cidade: aí, a cidade enquanto materialidade do urbano aparece como lugar da reprodução das relações sociais vigentes e como totalidade incubadora de duas contradições: (1) entre as necessidades econômicas e os modelos culturais impostos e as possibilidades materiais dos diferentes grupos sociais; (2) entre o modelo dominante de produção e representação da paisagem e a realidade vivida pelos grupos sociais desfavorecidos. A produção do espaço urbano em Moçambique se realiza num movimento, mediado pelo Estado, de reprodução de uma urbanização crítica e desigual: a urbanização não atinge a maior parte da população da cidade. Daí que a cidade reafirma-se como mediação, transição, entre o meio rural circundante, como ordem próxima e o sistema de representação e produção das formas urbanas. A periferia, ao contrário do centro, aparece como conjunto de lugares onde se manifestam exacerbadamente os contrastes entre as diferentes formas, particularmente no concernente à habitação, que especificam a paisagem urbana.

A cidade como mediação entre uma ordem distante – o sistema de relações sociais e o Estado – e uma ordem próxima (o campo circundante e modo de vida de sociedades pré-coloniais) revela

também um espaço de coexistência de diversos sistemas de relações sociais. Assim que num contexto em que o sistema de relações capitalistas e a urbanização europeia tendem à mundialização carecem estudos sobre a economia e a urbanização nos países dependentes que contemplem a diversidade e a coexistência de diferentes lógicas na constituição do econômico e na produção do urbano – aspecto que constitui pano de fundo da especificidade das formações sociais dos países colonizados e dependentes. Pois, a urbanização produz um espaço (urbano) que revela as relações entre o universal e o local; desse modo, a cidade aparece enquanto lugar de transformações e persistências induzidas temporalmente. Torna-se necessária, portanto, uma reflexão sobre o fenômeno urbano que coloca a cidade, enquanto mediação, inserida no contexto social, econômico e político em que se produz e reproduz.

A contradição entre dois modos de vida, europeu e africano, constitui e especifica o urbano em Moçambique - urbano que é revelador das desigualdades e dos desencontros, dos conflitos e das contradições próprias de seus conteúdos. A especificidade do urbano em Moçambique expõe criticamente as irracionalidades e contradições de processos de dominação colonial europeia ou ocidental e não de disseminação de um modo de vida europeu ou ocidental em sociedades africanas. Nesse contexto, a reflexão aponta para a compreensão das diferenças espaciais, da dualidade, como produtos da urbanização desigual organizada e controlada pelo Estado, num processo em que diferentes sistemas de relações sociais fragmentam a cidade e produzem estruturas espaciais hierarquizadas segundo a lógica do Estado e da acumulação externa de capital.

Notas

1. David personifica essa duplicidade no modo de viver, no romance *O Sétimo Juramento de Paulina Chiziane* (romancista moçambicana). David, um sucedido diretor de empresa vivendo e trabalhando na cidade, vai para o meio rural a busca da cura, mas descobre que pode obter proteção para ascensão política nos meandros da

magia; então tem de que passar por ritos e prestar o sétimo juramento – depois dos seis juramentos derivados da ocidentalização: do batismo, da bandeira, do matrimônio, da revolução, da nação, da competência e do zelo.

2. Um espaço que “retém particularidades,

retomadas através do filtro do espaço homogêneo. (...) As particularidades cuja homogeneização não foi levada a termo sobrevivem, restabelecem-se com outro sentido. Pois, as diferenças resultam da "inserção [das particularidades] numa ordem espaço-temporal dupla: próxima e distante". (Lefebvre, 2002, p. 124).

3. Lefebvre distingue *eras* ou espaço-tempos (concebidos não na perspectiva histórica, econômica ou sociológica, mas global) de fenômenos sociais, sensações e percepções, de espaços e de tempos, de imagens e de conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e práticas sociais. (Lefebvre, 2002, p. 37 - 45).

4. O *urbano*, segundo Lefebvre, supera a noção de cidade e de vida na cidade; pois, "nasce com a explosão da cidade, com seus problemas e a deterioração da vida urbana. Assim,, o *urbano* é "uma forma[, mas também processo] geral: aquela da reunião [de isso-, hetero- e u- topias], aquela da simultaneidade, aquela do espaço-tempo nas sociedades, forma que se afirma de todos os lados no curso da história e em quaisquer que sejam as peripécias dessa história". É, portanto, uma noção que "parte duma teoria sobre o espaço (social) enquanto produto-produtor, quer dizer, engendrado pelo modo de produção", mas que intervém nas forças produtivas, na organização do trabalho, nas relações de propriedade, nas instituições e ideologias (Lefebvre, 1986, p. 160).

5. Grupos de parentes que se consideram descendentes, ou da linha paterna ou materna ou de afiliação indiferenciada, dum ancestral comum conhecido e nomeado.

6. Grupo de parentes que se considera descendente dum ancestral comum.

7. Poliginia é o estado de um homem que dispõe simultaneamente de mais que uma esposa.

8. Grupos de parentes consangüíneos definidos por via paterna ou materna. Em Nampula, a linhagem designa-se *nlocko* na língua local (macua) e são definidos por via materna.

9. "Na seqüência da formação da Companhia dos Mazanes, os mercadores indianos foram chegando ao país – em 1687 vieram os primeiros sete – e começaram por se fixar na Ilha de Moçambique. Ano após ano, passaram ao "hinterland da Ilha, depois ao vale do Zambeze, a Inhambane e, finalmente a Lourenço Marques [atual Maputo]". "Quase todo comércio a grosso e a retalho ficou sob seu controlo. Os Indianos de menos posses estabeleceram-se como oficiais mecânicos: barbeiros, relojoeiros, ourives, etc." (Serra, 2000, p. 67).

10. Um modelo particular de exploração de mão de obra que consistiu na proletarianização parcial: os trabalhadores sazonais regressam periodicamente às comunidades rurais de origem onde são educados e alimentados os filhos e futuros trabalhadores, onde se sustentam nos períodos de não emprego e onde compensam a deficiente ração distribuída nas plantações (e minas). Assim, o capital reduz substancialmente seus custos de produção limitando seus gastos em capital variável. "Semelhante estratégia implicava a conservação parcial dos modos de produção pré-capitalistas, no tocante, sobretudo, ao setor da pequena produção familiar, de onde provinha parte dos produtos alimentares consumidos, e mesmo muito dos produtos da agricultura de rendimento exportados para a Europa pelas redes comerciais (Serra, 2000, p. 145 - 146).

11. Doravante referida como grupo domiciliar porque designa, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique, "todo o grupo de pessoas ligadas ou não por laços de parentesco, que vivem na mesma habitação e compartilham as despesas da casa".

12. Processo semelhante ocorreu depois da

independência de Moçambique. A terra foi nacionalizada e proclamada como propriedade do Estado. Os cidadãos apenas têm ou podem adquirir o direito de uso.

13. Segundo Amin (1978), a economia de tráfico é baseada na exportação de matérias-primas; a economia das companhias concessionárias

consistia na concessão de territórios a algumas companhias que podiam exercer o controle econômico e administrativo de forma autônoma; a economia das reservas era caracterizada pela concentração forçada de mão de obra indígena para sua posterior utilização em plantações ou na exploração mineira.

14. Ilha de Moçambique, Angoche, Quelimane, Chinde e Tete.

BIBLIOGRAFIA

AMIN, S. O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.

ARAÚJO, M. G. M. "Os espaços urbanos em Moçambique". GEOUSP: Espaço e Tempo, São Paulo, n. 14, pp. 164-182, 2003.

_____. "Ruralidades-Urbanidades em Moçambique: conceitos ou preconceitos? Geog: revista da Faculdade de Letras-Geografia, Porto, I série, vol. XVII-XVIII, pp. 5-11, 2001-2002.

BAIA, A. H. M. Ruralidades na cidade de Nampula: exercício teórico para uma crítica à Cidade. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH, USP.

BEAUJEU-GARNIER, J. Geografia urbana. 2ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1995.

BECKER, C. M. *et al.* Beyond urban bias in Africa: urbanization in an era of structural adjustment. London: Heinemann, 1994.

BRUSCHI, S. Campo e cidades da África antiga. Maputo: CEDH/IGAL, 2001.

CAHEN, M. "Une Afrique lusophone libérale?: la fin des premières républiques." Revista du Groupement de recherche "Afrique australe" du CNRS, GDR n. 846, pp. 105-136, mai. 1995.

_____. Villes en Afrique lusophone. Paris :

Harmattan, 1989.

CARLOS, A. F. A. A (Re)produção do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. A cidade. São Paulo: Contexto, 1994.

CASTELLS, M. City, class and Power. Houndmills: Macmillan, 1985

CHIZIANE, P. O sétimo juramento. Lisboa: editorial Caminho, 2000.

DEMANGEON, A. Problèmes de géographie humaine. Paris: Armand Colin, 1952.

DOZON, J-P. "En Afrique, la famille à la roisée des chemins". In : BURGUIÈRE, A. *et al.* *Histoire de la famille : le choc des modernités*. Paris: Armand Colin, 1986. pp. 301-338. 2 v.

ERICKSEN, E. G. Urban behavior. New York/Toronto: Macmillan Company, 1954.

FANON, F. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GEORGE, P. Geografia urbana. São Paulo: DIFEL, 1983.

HANNERZ, U. Exploring city: inquiries toward an urban anthropology. New York: Columbia University, 1980. Cap. II, III e IV.

HARDOY, D.; SATTERTHWAITTE, D. (ed.). Small and

intermediate urban centers: their role in regional and national development in the third world. London: Hodder and Stoughton, 1986.

HARVEY, D. The urbanization of Capital. Oxford: Blackwell, 1985.

HAUSE, P. M.; SCHNORE, L. F. Estudos de urbanização. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, [s/d]. pp. 461-485.

HEDGES, D. (coord.). História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. 2ª. ed. Maputo: Livraria Universitária, 1999. 2º. v.

JOHNSON, J. H. Geografia urbana. Barcelona: Oikos-tau Ediciones, 1974.

KNAUDER, S. Globalization, urban progress, urban problems, rural disadvantages: evidence from Mozambique. England: Ashgate, 2000.

KIRONDE, J. M. L. "Conceitos e teorias herdadas na urbanização africana e estratégias de gestão: a luta continua". Urban Studies, [s. l.], no. 8, vol. 29, pp. 1277-1287, 1992.

LATOUCHE, S. A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1985.

LEFEBVRE, H. De l'Etat: le mode de production étatique. Troisième partie. Paris : Union Générale d'Éditions, 1977.

_____. De lo rural a lo urbano. 2a. ed. Barcelona: Edicions 62, 1973b.

_____. Espaço y política. Barcelona: Edicions 62, 1976.

_____. The production of space. Oxford: Blackwell, 1995.

_____. A Re-produção das relações sociais de produção. Porto: Escorpião, 1973a.

_____. Le retour de la dialectique: 12 mots clefs

pour le monde moderne. Paris : Messidor/Éditions Sociales, 1986.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LOPES, L.; ARAÚJO, M.; HERMIND, K. Perfil ambiental da cidade e do distrito de Nampula. Maputo: CEP-UEM, 1995.

LUKÁCS, G. Prolegomenos a una estetica marxista. Madrid: Ediciones Grijalbo, 1969.

MARCHAND, J. "Économie et société dans la transition libérale au Mozambique". Revista du Groupement de recherche "Afrique australe" du CNRS, GDR n. 846, pp. 105-136, mai. 1995.

MARTINS, J. S. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K. Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, [s. d.].

MENDES, M. C. "Les répercussions de l'indépendance sur la ville de Maputo". In: CAHEN, M. (org.). "Vilas" et "Cidades": *bourgs et villes en Afrique lusophone*. Paris : Harmattan, 1989.

OPPENHEIMER, J. ; RAPOSO, I. (coord.). Urbanização acelerada em Luanda e Maputo: impacto da guerra e das transformações sócio-económicas (décadas de '80 e '90). Lisboa: CesA, 2002.

POLANYI, K. "The two meanings of economic". In: PEARSON, H. W. (ed.). *The livelihood of man*. Nova York: Academic Press, 1977, pp. 19-34.

ROCHA, A. *et al.* "A história de Moçambique, 1885-1930". In: HEDGES, D. (coord.). *História de Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Livraria universitária, 1999. pp. 1-34.

RONCAYOLO, M. La ville et ses territoires. Paris : Gallimard, 1990.

SANTOS, M. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. Geografia y economia urbanas nos países subdesarrollados. Barcelona: Oikos-tau Ediciones, 1973.

SIMONE, A.; ABOUHANI, A. Urban Africa: changing contours of survival in the city. Dakar: Codesria Books, 2005.

SIMONE, A. "Introduction: urban processes and change". In: SIMONE, A.; ABOUHANI, A. *Urban Africa: changing contours of survival in the city*. Dakar: Codesria Books, 2005.

WIRTH, L. "O urbanismo como modo de vida". In: VELHO, O. (org.). *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ZELIZER, V. A. The purchase of intimacy. Princeton University Press, 2004.